

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM ALTO SÃO FRANCISCO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental**Parecer nº 109/SEMAD/SUPRAM ASF-DRRA/2021****PROCESSO Nº 1370.01.0025441/2021-26**

PARECER ÚNICO Nº 0296979/2021 (SIAM)				PARECER Nº SEI: 32177529			
INDEXADO AO PROCESSO:		PA COPAM:		SITUAÇÃO:			
Licenciamento Ambiental		09959/2006/003/2013 SEI!: 1370.01.0025441/2021-26		Sugestão pelo deferimento			
FASE DO LICENCIAMENTO:		Licenciamento Ambiental Concomitante – LAC1. Licença de Operação Corretiva – LOC		VALIDADE DA LICENÇA: 08 anos			
EMPREENDEDOR:		Frisal Comércio de Carnes Ltda.		CPF:		08.140.654/0001-22	
EMPREENDIMENTO:		Frisal Comércio de Carnes Ltda.		CNPJ:		08.140.654/0001-22	
MUNICÍPIO:		Oliveira – MG		ZONA:		Rural	
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):SAD 69		LAT/Y		20°50'53"		LONG/X	
						44°49'23"	
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:							
INTEGRAL		ZONA DE AMORTECIMENTO		USO SUSTENTÁVEL		X NÃO	
BACIA FEDERAL:		Rio São Francisco		BACIA ESTADUAL:		Rio Grande	

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE
D-01-02-4	Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos etc.)	4
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:
Roberta de Abreu – Bióloga Responsável pela elaboração PCA / RCA		CRBio: 062791/04-D ART : 2013/10268
Ariane Mistica Rodrigues - Bióloga Responsável pela elaboração do PGRS		CRBio: 104732/04-D ART: 20211000105098
RELATÓRIO DE VISTORIA: Auto de Fiscalização nº 171663/2016 Auto de Fiscalização nº 51946/2020		DATA: 03/03/2016 28/12/2020
EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Marielle Fernanda Tavares – Gestora Ambiental (Gestora do processo)	1.401.680-2	
Marcela A. V. Gontijo Garcia – Gestora Ambiental de Formação Jurídica	1.316.073-4	
De acordo: Viviane Nogueira Conrado Quites– Diretora Regional de Apoio Técnico	1.287.842-7	
De acordo: Márcio Muniz dos Santos– Diretor Regional de Controle Processual	1.396.203-0	



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Anchieta Veiga Gontijo Garcia, Servidor(a) Público(a)**, em 13/07/2021, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marielle Fernanda Tavares, Servidor(a) Público(a)**, em 13/07/2021, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Nogueira Conrado Quites, Diretor(a)**, em 13/07/2021, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32175489** e o código CRC **C4D8224D**.

Referência: Processo nº 1370.01.0025441/2021-26

SEI nº 32175489



1. Resumo

O empreendimento Frisal Comércio de Carnes Ltda.atua no setor de abate de suínos, exercendo suas atividades na zona rural no município de Oliveira - MG.

O empreendimento possui o seguinte parâmetro: Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc.), código D-01-02-4 com capacidade instalada de 50 cabeças/dia. Ressalta-se que o empreendimento é classificado como sendo de porte pequeno, potencial poluidor G e classe 4, segundo a DN 217/2017.

O processo foi formalizado em 18/12/2013. Em 16/04/2014, o empreendimento foi fiscalizado pela equipe da SUPRAM-ASF, conforme Relatório de Vistoria nº 46/2014 e devido ao fato do empreendimento estar operando sem licença, teve suas atividades suspensas. Nesta vistoria não foi lavrado o Auto de Notificação. Logo o Órgão Ambiental tendo conhecimento deste fato, lavrou o Auto de Notificação nº 078551/2016, o qual encontra-se apenso aos autos do processo. No intuito de continuar operando, o empreendimento solicitou o Termo de Ajustamento de Conduta, o qual foi assinado em 23/04/2014 (TAC/ASF/011/2014). Conforme observado, o empreendimento cumpriu as condicionantes técnicas do referido TAC.

Em 03/03/2016, o empreendimento foi novamente fiscalizado pela equipe da SUPRAM-ASF conforme Auto de Fiscalização nº 171663/2016 e devido ao fato do empreendimento estar operando sem licença, foi autuado conforme auto de infração nº 89531/2016 , tendo suas atividades suspensas. Diante da necessidade de continuar operando, foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC nº/ASF/009/2016) no dia 08/03/2016, conforme solicitação do empreendedor no presente no processo.

Na data 17/12/2020, o empreendimento foi fiscalizado pela Polícia Militar conforme Auto de Fiscalização nº 204878/2020 e devido ao fato de estar operando sem licença novamente, foi autuado, conforme auto de infração nº 267670/2016, tendo suas atividades suspensas.

Em 28/12/2020, o empreendimento foi fiscalizado pela equipe da SUPRAM-ASF conforme Auto de Fiscalização nº 51946/2020. A vistoria foi do tipo remota, de acordo com a Resolução Conjunta SEMAD/IEF/IGAM/FEAM nº 2.959, de 16 de abril de 2020. Ressalta-se que o empreendimento estava com as atividades suspensas no momento da vistoria.

No intuito de voltar à operação, o empreendimento solicitou assinatura de novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC nº/ASF/06/2021), o qual foi assinado na data 22/01/2021.



Após vistoria, foram solicitadas informações complementares em acordo com o Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.

A água utilizada pelo empreendimento provém de um poço tubular, portaria de outorga nº 0204526/2021, de 27/05/2021, com validade em 20/02/2030.

Não há qualquer intervenção ambiental a ser autorizada na área do empreendimento. A Reserva Legal encontra-se regularizada, respeitando os 20% exigidos conforme Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

O efluente industrial é encaminhado para uma lagoa de decantação e retirado por meio de chorumeira, sendo depositado no biodigestor e logo após é utilizado na fertirrigação em pastagens de ovinos, bovinos e caprinos. Já o efluente sanitário é tratado em fossa séptica, filtro e sumidouro.

O armazenamento temporário e a destinação final dos resíduos sólidos apresentam-se ajustados às exigências normativas.

Foi constatado um desempenho ambiental satisfatório uma vez que o empreendimento cumpriu tempestivamente as condicionantes do TAC nº/ASF/009/2016, e também pela condição ambientalmente favorável da empresa durante a vistoria. Em relação ao cumprimento do TAC vigente (TAC nº/ASF/06/2021), todas as condicionantes estão no prazo para comprovação, todas possuem prazo de apresentação semestral.

Ressalta-se também que, em consulta ao Controle de Autos de Infração e Processos Administrativos – CAP foi verificado que o empreendimento possui uma penalidade que se tornou definitiva uma vez que já pagou 01 (uma) parcela referente ao Auto de Infração nº 89531/2016. Desta forma, a Licença Ambiental terá seu prazo de validade reduzido em 02 (dois) anos; tendo, portanto, a vigência de 08 (oito) anos. O relatório do CAP encontra-se apenso aos autos do Processo Administrativo.

Desta forma, a Supram Alto São Francisco sugere o deferimento do pedido de licença de operação corretiva do empreendimento Frisal Comércio de Carnes Ltda., desde que cumpridas as condicionantes e as medidas de controle ambiental.

2. Introdução

A finalidade deste parecer é subsidiar técnica e juridicamente a decisão do licenciamento ambiental do requerimento de Licença de Operação Corretiva (LOC) para o empreendimento Frisal Comércio de Carnes Ltda., instalada em área rural, no Município de Oliveira – MG, Coordenadas Geográficas: Lat. 20° 50' 53" e Long. 44° 49' 23".



A atividade do empreendimento é “Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc.), código D-01-02-4” com capacidade instalada de 50 cabeças/dia. Ressalta-se que o empreendimento é classificado como sendo de porte pequeno, potencial poluidor G e classe 4, segundo a DN 217/2017.

O processo foi formalizado em 18/12/2013. Em 16/04/2014, o empreendimento foi fiscalizado pela equipe da SUPRAM-ASF conforme Relatório de Vistoria nº 46/2014 e devido ao fato do empreendimento estar operando sem licença, teve suas atividades suspensas. Nesta vistoria não foi lavrado o Auto de Notificação. Logo o Órgão Ambiental tendo conhecimento deste fato, foi lavrado o Auto de Notificação nº 078551/2016, o qual encontra-se apenso aos autos do processo. No intuito de continuar operando, o empreendimento solicitou o Termo de Ajustamento de Conduta, o qual foi assinado em 23/04/2014 (TAC/ASF/011/2014). Conforme observado, o empreendimento cumpriu as condicionantes técnicas do referido TAC.

Em 03/03/2016, o empreendimento foi fiscalizado novamente pela equipe da SUPRAM-ASF conforme Auto de Fiscalização nº 171663/2016 e devido ao fato do empreendimento estar operando sem licença, foi autuado conforme auto de infração nº 89531/2016, tendo suas atividades suspensas. Diante da necessidade de continuar operando, foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC nº/ASF/009/2016) no dia 08/03/2016, conforme solicitação do empreendedor no presente no processo. Ressalta-se que o empreendimento cumpriu todas as condicionantes do TAC nº/ASF/009/2016, conforme será abordado mais adiante.

Na data 17/12/2020, o empreendimento foi fiscalizado pela Polícia Militar conforme Auto de Fiscalização nº 204878/2020 e devido ao fato de estar operando sem licença novamente, foi autuado conforme auto de infração nº 267670/2016, tendo suas atividades suspensas.

Em 28/12/2020, o empreendimento foi fiscalizado pela equipe da SUPRAM-ASF conforme Auto de Fiscalização nº 51946/2020. A vistoria foi do tipo remota, de acordo com a Resolução Conjunta SEMAD/IEF/IGAM/FEAM nº 2.959, de 16 de abril de 2020. Ressalta-se que o empreendimento estava com as atividades suspensas no momento da vistoria.

No intuito de voltar à operação, o empreendimento solicitou assinatura de novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC nº/ASF/06/2021), o qual foi assinado na data 22/01/2021. Todas as condicionantes do TAC estão no prazo para comprovação seu cumprimento, todas possuem prazo de apresentação semestral.

Os estudos ambientais apresentados, Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA), foram elaborados por Roberta de Abreu, CRBio nº 062791/04-D. A respectiva ART encontra-se na folha 036 do processo.



As informações prestadas no Relatório de Controle Ambiental (RCA) e no Plano de Controle Ambiental (PCA), juntamente com os esclarecimentos feitos durante vistoria à unidade industrial, não foram suficientes para embasar a análise do processo, sendo necessária a solicitação de informações complementares – IC, as quais foram entregues pelo empreendedor dentro do prazo estabelecido.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) foi elaborado pela bióloga Ariane Mistica Rodrigues, CRBio nº 104732/04-D; a qual possui Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA, válido até 09/09/2021.

As cláusulas do TAC nº/ASF/009/2016 de natureza técnica e jurídica foram protocoladas na SUPRAM – ASF, conforme tabela abaixo:

Condicionantes do TAC	CONDICIONANTE	Data limite de cumprimento	Data efetiva de cumprimento
1	Protocolo de declaração de áreas suspeitas de contaminação ou contaminadas	23/03/2016	R0078545/2016 29/02/2016 Cumprida
2	Cadastro Técnico Federal	23/03/2016	R0078545/2016 29/02/2016 Cumprida
3	Manter registro válido emitido pelo IEF de Consumidor de Produtos e Subprodutos da Flora	Durante a vigência do TAC	Cumprida
4	Receber matérias primas e insumos, bem como destinar resíduos sólidos somente a empresas licenciadas ambientalmente.	Durante a vigência do TAC	Cumprida
5	Manter no empreendimento para fins de fiscalização, as notas de comprovação de destinação final dos resíduos sólidos	Durante a vigência do TAC	Cumprida



Condicionantes do TAC	CONDICIONANTE	Data limite de cumprimento	Data efetiva de cumprimento
6	CAR – Cadastro Ambiental Rural	09/05/2016	R0152951/2016 06/04/2016 Cumprida
7	Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF)	09/05/2016	Foi verificado que o empreendimento possui toda a Reserva Legal
8	Retificação da Portaria de Outorga nº 3359/2010	07/04/2016	R0152951/2016 Solicitação protocolada em 06/04/2016 Cumprida.
9	Apresentar laudo técnico descritivo, caracterizando as áreas de Reserva Legal que se encontram em Bom Sucesso – MG.	07/04/2016	R0152951/2016 06/04/2016 Cumprida
10	Apresentar declaração da Ecosust Soluções Ambientais informando que recebe os resíduos gerados pela Frisal.	07/04/2016	R0078545/2016 29/02/2016 Cumprida
11	Realizar leituras semanais nos equipamentos de horímetro e hidrômetro	Durante a vigência do TAC	Cumprida
12	Manter o sistema de armazenamento temporário de resíduos sólidos com a devida separação dos mesmos.	Durante a vigência do TAC	Cumprida
13	Realizar reparo das rachaduras da parede da bacia de decantação onde fica o efluente industrial	18/03/2016	R0078545/2016 29/02/2016 Cumprida
14	Apresentar Certificado de Licença Ambiental das empresas	07/04/2016	R0078545/2016 29/02/2016 Cumprida



Condicionantes do TAC	CONDICIONANTE	Data limite de cumprimento	Data efetiva de cumprimento
	fornecedoras		
15	Manter vigentes a ART do responsável técnico e o CTF do IBAMA.	Durante a vigência do TAC	Cumprida
16	Comprovar que o empreendimento não está na Área de Segurança Aeroportuária	07/04/2016. No entanto, foi solicitada a prorrogação de mais 30(trinta) dias para apresentação do cumprimento. Desta forma a data limite para entrega corresponde ao dia 07/05/2016.	R0199166/2016 06/05/2016. Cumprida. O empreendimento comprovou que está na Área de Segurança Aeroportuária.
17	Apresentar análises do efluente líquido industrial	07/04/2016	R0152951/2016 06/04/2016 Cumprida
18	Apresentar declaração da Fazenda São Paulo atestando que recebe o efluente líquido industrial da Frisal.	07/04/2016	R0152951/2016 06/04/2016 Cumprida
19	Comprovar mediante relatório técnico que o recebimento do efluente líquido industrial proveniente da Frisal não prejudica a eficiência da ETE da Fazenda São Paulo.	07/04/2016. No entanto, foi solicitada a prorrogação de mais 30(trinta) dias para apresentação do cumprimento. Desta forma a data limite para entrega corresponde ao dia 07/05/2016.	R0199166/2016 06/05/2016. Cumprida.

Conforme tabela acima, foi verificado que o empreendimento cumpriu as condicionantes do TAC nº/ASF/009/2016.

Na data 17/12/2020, o empreendimento foi fiscalizado pela Polícia Militar, conforme Auto de Fiscalização nº 204878/2020, e devido ao fato de estar operando sem



licença novamente, foi autuado conforme auto de infração nº 267670/2016, tendo suas atividades suspensas.

Em 28/12/2020, o empreendimento foi fiscalizado pela equipe da SUPRAM-ASF conforme Auto de Fiscalização nº 51946/2020. A vistoria foi do tipo remota, de acordo com a Resolução Conjunta SEMAD/IEF/IGAM/FEAM nº 2.959, de 16 de abril de 2020. Ressalta-se que o empreendimento estava com as atividades suspensas no momento da vistoria.

No intuito de voltar à operação, o empreendimento solicitou assinatura de novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC nº/ASF/06/2021), o qual foi assinado na data 22/01/2021.

Segue abaixo as condicionantes do TAC nº/ASF/06/2021:

Item	Condicionantes	Prazo
01	Manter o sistema de armazenamento temporário de resíduos sólidos com a devida separação e segregação destes, em áreas distintas, de acordo com sua classificação, conforme estabelecido nas normas da ABNT NBR 10.004, e obedecendo aos requisitos das NBR's 11.174 e 12.235. Apresentar, semestralmente, relatório fotográfico e descritivo do local de armazenamento temporário de resíduos sólidos.	Durante a vigência do TAC
02	Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019. <u>Prazo:</u> seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019. Em casos de resíduos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, o empreendimento deverá apresentar semestralmente, cópia das licenças ambientais dos destinatários de resíduos bem como as notas fiscais dos mesmos.	Durante a vigência do TAC
03	Apresentar semestralmente, as análises referentes à ETE Sanitária com os resultados das medições dos seguintes parâmetros: DBO, DQO, pH, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos, substâncias tensoativas, óleos minerais, óleos vegetais e gorduras animais.	Durante a vigência do TAC
04	Apresentar semestralmente, os resultados do automonitoramento do efluente atmosférico. Parâmetro: Material particulado. Tipo de combustível: Lenha. Local de amostragem: Chaminé da caldeira.	Durante a vigência do TAC



Em relação ao cumprimento do TAC vigente, todas as condicionantes estão no prazo para comprovação, todas possuem prazo de apresentação semestral.

De acordo com relatório fotográfico (apenso aos autos do processo) foi verificado que o empreendimento se encontra dentro da ASA – Área de Segurança Aeroportuária. Diante disso, foi solicitada ao empreendimento a documentação pertinente aos *“Procedimentos transitórios para emissão de licença ambiental de empreendimentos com potencial atrativo de fauna em ASA de aeródromo brasileiro até a publicação do Decreto Regulamentar da Lei 12.725, de 16 de outubro de 2012”* recomendado pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA do COMANDO DA AERONÁUTICA. A documentação foi entregue tempestivamente pelo empreendimento.

3. Diagnóstico Ambiental

Segundo a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE- Sisema), instituída por meio da Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.466/2017, o empreendimento possui fator locacional 0 (zero).

4. Caracterização do Empreendimento

O empreendimento Frisal Comércio de Carnes Ltda. está localizado na zona rural do município de Oliveira – MG e opera no local desde 05/01/2013.

A empresa possui um regime de operação de 01 turno de 8 horas/dia, durante 05 dias/semana (segunda à sexta-feira), nos doze meses do ano. O empreendimento possui um total de 7 funcionários.

A atividade do frigorífico é o abate de suínos. A empresa abate em média 50 cabeças de suínos por dia.



3. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

O empreendedor informou que utiliza a extração de água subterrânea proveniente de poço tubular referente à portaria nº 0204526/2021 de 27/05/2021 com validade em 20/02/2030. Conforme certificado de outorga apenso aos autos do processo administrativo, o uso do recurso hídrico é compartilhado com o empreendimento Fazenda São Paulo S.A.

O poço possui horímetro e hidrômetro instalados. Segundo informado, o recurso hídrico é utilizado para consumo humano, lavagem de pisos e equipamentos, resfriamento e refrigeração.

4. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

De acordo com informado no FCE não haverá supressão de vegetação e/ou intervenção em área de preservação permanente.

5. Reserva Legal

O empreendimento está localizado em um imóvel rural denominado Fazenda São Paulo 0, no município de Oliveira – MG. O referido imóvel possui uma área de 280,7689 ha e está registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Oliveira sob a matrícula nº 33.515.

A Reserva Legal da propriedade possui 57,836 ha, contemplando pouco mais dos 20% exigidos conforme Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. A Reserva Legal encontra-se cercada e preservada.

O empreendimento possui o registro no Cadastro Ambiental Rural - CAR sob o nº MG-3145604-CAE0.ADC5.A8C1.49F6.8225.8B7D.495A.5248.

Ressalta-se que o empreendimento vem cumprindo o Termo de Responsabilidade / Compromisso de averbação e preservação de Reserva Legal firmado com o Instituto Estadual de Florestas – IEF.



6. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

Foram identificados os seguintes impactos para ambas as atividades a serem desenvolvidas no empreendimento:

Efluente Sanitário

O efluente líquido sanitário é tratado em fossa séptica, filtro e sumidouro. Ressalta-se que devem ser realizadas manutenções/limpezas periódicas do sistema de esgotamento sanitário de acordo com o manual do fabricante ou orientações do projetista.

Efluente Industrial

O efluente industrial é proveniente do processo de abate dos animais. O efluente industrial é encaminhado para uma lagoa de decantação e retirado por meio de chorumeira, sendo depositado no biodigestor e logo após é utilizado na fertirrigação em pastagens de ovinos, bovinos e caprinos.

Emissão atmosférica

A emissão atmosférica é resultante de gases e particulados provenientes da caldeira a lenha. Será condicionado neste Parecer o monitoramento de fontes de emissões atmosféricas.

Resíduos sólidos

Foi solicitado por informação complementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), o qual foi entregue tempestivamente e foi aprovado pela equipe técnica da SUPRAM – ASF.



O empreendimento possui como principais resíduos gerados: sangue, pelos, vísceras, embalagens plásticas, lodo da fossa séptica, cinzas da caldeira, resíduos com características domiciliares.

O empreendimento possui área de separação dos resíduos sólidos e as estruturas do armazenamento temporário dos mesmos são compatíveis com a quantidade de resíduos gerada. O armazenamento temporário e a destinação final dos resíduos sólidos apresentam-se ajustados às exigências normativas.

Os resíduos são segregados na origem e encaminhados para o tratamento ou destinação final mais adequada conforme tipologia do material, realizando reciclagem, compostagem ou destinados à empresas licenciadas ambientalmente.

7. Compensações

A empresa não possui impacto significativo, sendo assim, fica dispensada da compensação do SNUC. Não há necessidade de compensação florestal, uma vez que, conforme consta no FCE, não haverá intervenção e/ou supressão de vegetação.

8. Controle Processual

Trata-se de LAC2 (LOC) requerida por Frisal Comércio de Carnes Ltda.

Conforme consta no parecer técnico, o empreendimento possui o seguinte parâmetro: Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos etc.), código D-01-02-4 com capacidade instalada de 50 cabeças/dia. Ressalta-se que o empreendimento é classificado como sendo de porte pequeno, potencial poluidor G e classe 4, segundo a DN 217/2017.

Com o advento da Deliberação Normativa Copam Nº 217/2017 e considerando que não houve manifestação por parte do empreendedor para permanência da análise do processo de acordo com a DN N. 74/2004, houve reorientação dos autos.

Destarte, o empreendimento foi reclassificado, de acordo com Papeleta de Despacho n. 218/2018.

O Decreto Estadual nº 47.383/2018, que estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos



de fiscalização e aplicação das penalidades, estipula que esse tipo de processo será autorizado pelo Superintendente das Superintendências Regionais de Meio Ambiente (SUPRAM):

Art. 3º – Compete à Semad analisar e decidir, por meio das Superintendências Regionais de Meio Ambiente – Suprams –, sobre processos de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos:

- I – de pequeno porte e pequeno potencial poluidor;
- II – de pequeno porte e médio potencial poluidor;
- III – de médio porte e pequeno potencial poluidor;
- IV – de pequeno porte e grande potencial poluidor;
- V – de médio porte e médio potencial poluidor;
- VI – de grande porte e pequeno potencial poluidor.

Em consulta ao Siam verifica-se a existência do presente processo, bem ainda de outros processos administrativos. Vejamos o que aduz a legislação (Decreto n. 44.844/2008, revogado pelo Decreto n. 47.383/2018, vigente à época da formalização) sobre o presente tema:

Art. 15. Será excluída a aplicação da penalidade decorrente da instalação ou operação de empreendimentos ou atividades ambientais e hídricas, **anteriores a publicação deste Decreto**, sem as Licenças Ambientais, ou AAF ou outorga de uso de recursos hídricos, pela denúncia espontânea, se o infrator, formalizar pedido de LI ou LO ou AAF, em caráter corretivo, ou outorga pela utilização de recursos hídricos e demonstrar a viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade.

§ 1º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo junto à SEMAD e às suas entidades vinculadas ou medida de fiscalização relacionados com o empreendimento ou atividade. (...) grifos nossos

§ 3º A denúncia espontânea opera efeitos desde a data da caracterização do empreendimento ou atividade, por meio de Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCE, até a data de vencimento do Formulário de Orientação Básica - FOB, no caso de não formalização tempestiva do processo

No presente caso nota-se a existência de processos administrativos anteriores, logo, não faz jus ao benefício da autodenúncia.

Assim, caso estivesse em operação deveria ser devidamente autuado e ter suas atividades suspensas, até a concessão da licença ambiental ou assinatura de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.

O empreendimento foi vistoriado pela equipe técnica da Supram-ASF em 04/06/2014, consoante Auto de Fiscalização nº46/2014 (fls. 79/80), e diante da operação do empreendimento sem licença e desassistido de Termo de Ajustamento de Conduta, foi lavrado auto de notificação n. 78551/2016.



Visando regularizar as atividades, foi agenciado pela empresa pedido de TAC sendo este, após verificada viabilidade técnica e por oportunidade e conveniência do Superintendente da SUPRAM ASF, assinado, nos termos do art. 79-A, da Lei 9.605/1998 e Decreto Estadual 47.383/2018, vejamos:

Na data de 23/04/2014, foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta entre os responsáveis pelo empreendimento e a Supram-ASF, por intermédio do superintendente, TAC n. 11/2014(fl. 83/87).

Em análise técnica, verificou-se o cumprimento das cláusulas do TAC-Termo de Ajustamento de Conduta, conforme consta neste parecer.

Nota-se ainda que houve vistoria técnica em 03/03/2016, consoante auto de fiscalização n. 171663/2016 e diante da operação do empreendimento sem licença ambiental e desprovida de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta (TAC encontrava-se vencido) , foi lavrado auto de infração n. 89531/2016.

Foi solicitada assinatura de novo TAC (R97662/2016), às fls. 214.

Após, análise foi assinado novo Termo de Ajustamento de Conduta n. 009/2016, em 08/03/2016. (fls. 218/224).

Consta às fls. 633 análise técnica quanto ao cumprimento do TAC n. 009/2016, concluindo pelo cumprimento do TAC.

Houve pedido de renovação do TAC, diante disso foi assinado novo Termo n. 06/2021, assinado em 22/01/2021.

Consta lavratura de auto de infração n. 267670/2020, lavrado pela Polícia – Cia PM MAmb – Lavras, por operar sem licença e desamparado de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.

Em 28/12/2020 o empreendimento foi novamente vistoriado, consoante auto de fiscalização n. 51946/2020, sendo informado que o empreendimento se encontrava com suas atividades paralisadas no momento da vistoria.A vistoria foi do tipo “remota”, consoante autoriza a Resolução Conjunta SEMAD/IEF/IGAM/FEAM nº 2.959, de 16 de abril de 2020.

Nos autos do processo foram solicitadas informações complementares, para ajustes técnicos e jurídicos (ofício n. 227/2016 às fls. 225). Sendo as referidas informações atendidas a contento, consoante análise do gestor técnico.

As informações do Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCE) de f. 001/003, foram apresentadas pelo procurador do empreendimento senhor Harlan Massarim Silva.

A formalização do requerimento de Licença de Operação Corretiva (LOC) foi realizada em 18/12/2013 com a entrega dos documentos relacionados no FOBI (f.06).



Consta nos autos certidão de débitos ambientais n. 2176730/2013 às fls. 007.

Consta contrato social às fls. 143/147 onde se pode verificar que quem assina pelo empreendimento são os senhores José Carlos Cepera e Carlos Eduardo Cepera, que assinarão em conjunto ou isoladamente. Posteriormente, houve apresentação da alteração contratual passando a administração da sociedade a ser exercida exclusivamente pelo sócio Carlos Eduardo Cepera. (589/596).

Consta às fls. 10 o requerimento de licença de operação corretiva, consoante define a Deliberação Normativa pela DN 74/2004 (atual DN n. 2017/2017).

Consta procuração às fls. 008/009, outorgando poderes aos procuradores, subscrita por José Carlos Cepera. Consta procuração às fls. 232 e às fls. 266.

A água utilizada pelo empreendimento provém de um poço tubular, portaria de outorga nº 0204526/2021 de 27/05/2021 com validade em 20/02/2030, consoante detalhamento no parecer técnico. Nota-se que o uso é compartilhado, conforme consta no parecer técnico.

Consta no processo declaração à f. 13 informando que a mídia digital se trata de cópia fiel dos documentos em meio físico que estão presentes nos autos. Ademais, foram apresentadas as coordenadas geográficas do empreendimento, dispostas à f. 11.

Foi apresentada declaração do município de Oliveira/MG (f. 12) referente ao local informando a conformidade com as normas e regulamentos administrativos do município, em observância do disposto no art. 10, §1º, da Resolução 237/1997 do CONAMA.

Considerando o que dispõe os artigos 13, I, "f" e 20, I, ambos da Lei 12.305/2010 foi entregue o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) (fls. 500/525), houve ainda a comunicação ao município de Oliveira/MG (fls. 542), conforme consta nos autos, atendendo ao requisito da oitiva da autoridade municipal competente, conforme o artigo 24, *caput* e §2º, também da Política Nacional de Resíduos Sólidos. (fls. 498)

Nesse sentido, foi entregue também a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável pelo PGRS e confirmado pela equipe técnica a adequação do referido plano aos requisitos do art. 21 da Lei 12.305/2010 (Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Consta nos autos a publicação às fls. 57/58 realizada no jornal "Gazeta de Minas", solicitando o requerimento da Licença de Operação Corretiva, nos termos da DN 74/2004 atual DN 217/2017.



O Relatório de Controle Ambiental (RCA) e o Plano de Controle Ambiental (PCA), apresentados nos moldes do termo de referência (disponível em: <www.feam.br>), estão contidos, respectivamente, às f. 14/35 e às f. 62/71 juntamente com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) quitada (fls. 180). Salienta-se que os estudos foram realizados pela Bióloga Roberta de Abreu, bem ainda pelo técnico em agropecuária Gilmar da Silva Rodrigues (fls. 230.)

Foram apresentados os certificados do IEF de “consumidor de Produtos e Subprodutos da Flora- Lenhas Cavacos Resíduos” de “extrator fornecedor de produtos e subprodutos da flora lenha.

Conforme informado, foi verificado que o empreendimento se encontra dentro da ASA – Área de Segurança Aeroportuária. Diante disso, foi solicitada ao empreendimento a documentação pertinente aos *“Procedimentos transitórios para emissão de licença ambiental de empreendimentos com potencial atrativo de fauna em ASA de aeródromo brasileiro até a publicação do Decreto Regulamentar da Lei 12.725, de 16 de outubro de 2012”* recomendado pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA do COMANDO DA AERONÁUTICA. A documentação foi entregue tempestivamente pelo empreendimento.

Foi apresentado o certificado de regularidade válido junto ao Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadores de recursos ambientais, referente à atividade econômica da empresa, conforme Instrução Normativa nº 06/2013 do IBAMA, sendo que deverá mantê-lo vigente durante o período da licença.

Constam às fls. 59/60 os DAE referentes aos emolumentos.

Consoante certidão de fls. 61 tratava-se de microempresa, portanto, isenta, num primeiro momento, dos custos de análise do processo de licenciamento ambiental, conforme resguarda o art. 8º, inciso XX, “b”, do Decreto n. 38.886/1997, que aprova o Regulamento de Taxas Estaduais c/c art. 4, §3º, da LC n. 123/2006.

Entretanto, pelas alterações contratuais apresentadas, o empreendimento alterou seu enquadramento para EPP – empresa de pequeno porte.

Os custos de análise do processo deverão ser devidamente ressarcidos, antes do julgamento do feito, na forma da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM nº 2.125, de 28 de julho de 2014, devendo ser elaborada planilha de custos.

Foi anexado ainda o CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES E INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL das pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à consultoria técnica, consoante aplicação da Resolução nº 01/1988 do CONAMA.



DA RESERVA LEGAL

Segundo informado no FCE trata-se de imóvel rural.

A propriedade encontra-se na matrícula n. 33.515 (registro anterior 11.685).

O referido imóvel possui uma área de 280,7689 ha e está registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Oliveira sob a matrícula nº 33.515.

Conforme consta no parecer técnico, a Reserva Legal da propriedade possui 57,836 ha, contemplando pouco mais dos 20% exigidos conforme Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Ademais, foi verificado que a Reserva Legal se encontra cercada e preservada.

Foi verificado tecnicamente que o empreendimento vem cumprindo o Termo de Responsabilidade / Compromisso de averbação e preservação de Reserva Legal firmado com o Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Consta laudo técnico fotográfico informando as condições da reserva legal do empreendimento (compensada na matrícula n. 14.397), elaborado por Ariane Mística Rodrigues, técnica em meio ambiente. (fls. 309/312). Foi apresentado ainda Relatório de Objetividade Ambiental, também informando as condições da área de reserva legal do empreendimento, elaborado por Ariane Mística Rodrigues, consoante ART de fls. 629.

Consta contrato de arrendamento às fls. 22/24, firmado entre José Carlos Cepera e a empresa requerente, cujo objeto são as matrículas n. 11.685 e n. 11.686. Consta ainda aditivo de contrato de arrendamento de imóvel rural às fls. 115/116, alterando a cláusula 1, passando a constar como objeto do contrato a matrícula n. 11.685. Foi apresentado novo contrato de arrendamento constando como objeto a nova matrícula n. 33.515 (registro anterior n. 11.686), bem ainda o novo proprietário do imóvel, a empresa Fratelli Empreendimentos Ltda..(fls. 382/383.). Por fim, foi apresentado contrato de arrendamento vigente.

Foi apresentado contrato social da empresa Fratelli Empreendimentos Ltda., onde se pode verificar que quem representa o empreendimento é o senhor Carlos Eduardo Cepera.

Ademais, foi procedida pela área técnica da SUPRAM ASF a conferência da conformidade dos dados apresentados, para aprovação da área, nos termos do item 5.7 da Instrução de Serviço nº 01/2014 SEMAD/IEF, que sem prejuízo da ulterior homologação conforme a Nota Técnica GGRI/DPBIO/IEF nº 01/2016.

Nota-se conforme demonstrado no parecer técnico que a empresa sofreu autuações na natureza, grave ou gravíssima, nos últimos 05 anos, e que a mesma se tornou-se definitiva (auto de infração. 89531/2016), nos termos do art. 32 do Decreto 47.383/2018, vejamos:



Art. 32 – A atividade ou o empreendimento em instalação ou em operação sem a devida licença ambiental deverá regularizar-se por meio do licenciamento ambiental em caráter corretivo, mediante comprovação da viabilidade ambiental, que dependerá da análise dos documentos, projetos e estudos exigíveis para a obtenção das licenças anteriores.

§ 4º – A licença ambiental corretiva terá seu prazo de validade reduzido em dois anos a cada infração administrativa de natureza grave ou gravíssima cometida pelo empreendimento ou atividade, desde que a respectiva penalidade tenha se tornado definitiva nos cinco anos anteriores à data da concessão da licença.

§ 5º A validade da licença corretiva, aplicadas as reduções de que trata o § 4º, não será inferior a dois anos no caso de licença que autorize a instalação ou inferior a seis anos no caso de licenças que autorizem a operação. (Redação dada pelo DECRETO Nº 47.837)

Destarte, o prazo da presente licença será de 08 anos.

Portanto, ante das razões expostas, do ponto de vista jurídico, pugna pelo deferimento deste requerimento de LAC, em Caráter Corretivo, desde observadas as medidas de controle e as condicionantes impostas neste parecer.

9. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Alto São Francisco sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação em caráter corretivo, para o empreendimento FRISALCOMÉRCIO DE CARNES LTDA para a atividade de “Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos etc.)”, no município de Oliveira, MG, pelo prazo de 08 (oito) anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pelo Superintendente da SUPRAM Alto São Francisco.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexos I e II) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Alto São Francisco, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.



Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da empresa responsável/ou seus responsáveis técnicos.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

10. Anexos

Anexo I. Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) da **FRISAL COMÉRCIO DE CARNES LTDA.**

Anexo II. Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC) da **FRISAL COMÉRCIO DE CARNES LTDA.**

Anexo III. Relatório Fotográfico da **FRISAL COMÉRCIO DE CARNES LTDA.**



ANEXO I

Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) da FRISAL COMÉRCIO DE CARNES LTDA

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência da Licença
02	Manter o sistema de armazenamento temporário de resíduos sólidos com a devida separação e segregação destes, em áreas distintas, de acordo com sua classificação, conforme estabelecido nas normas da ABNT NBR 10.004, e obedecendo aos requisitos das NBR's 11.174 e 12.235.	Durante a vigência da Licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ASF, face ao desempenho apresentado.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC) da FRISAL COMÉRCIO DE CARNES LTDA

1. Resíduos Sólidos e Rejeitos

1.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

1.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL		QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.	
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada		Quantidade Armazenada
							Razão social	Endereço completo				



(*)1- Reutilização		6 - Co-processamento
2 – Reciclagem		7 -Aplicação no solo
3 - Aterro sanitário		8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)
4 - Aterro industrial		9 - Outras (especificar)
5 - Incineração		

2.2.1 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

2. Efluentes atmosféricos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Chaminé da caldeira	Material Particulado	Anual

Relatórios: Enviar anualmente a Supram-ASF os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens.



Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na DN COPAM n.º 187 / 2013.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou Environmental Protection Agency – EPA.

3. Solos

Considerando que foi proposta a utilização de efluentes tratados da suinocultura para fertirrigação, apresentar anualmente relatório elaborado por profissional habilitado e acompanhado de ART, contendo os seguintes itens:

1. Planta ou croqui com a identificação das glebas que receberam os compostos orgânicos e fertirrigação no ano corrente, com identificação das culturas e tipos de solos das respectivas glebas.
2. Laudo referente às análises de solos das glebas que receberam a adubação orgânica no ano corrente. As glebas deverão estar com a mesma denominação da planta. Obs.: Pede-se que os laudos tenham a identificação do empreendimento.
3. Discussão sobre os resultados das análises com base em recomendações de adubação para as culturas e com base na legislação existente a respeito de poluição/contaminação de solos.
4. Com base nos resultados das análises, caso seja necessário ajustar os volumes a serem destinados à adubação em cada gleba, deverá ser apresentado o memorial de cálculo de adubação para o ano seguinte.
5. Os parâmetros para as análises de solo são descritos na tabela abaixo:

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Deverá coletar em cada uma das glebas que receberem os adubos orgânicos, nas camadas de 0 – 20cm e 20 – 40 cm.	pH, N, P, K, Al, Ca, Mg, Na, Mo, Granulometria, Argila Natural, CTC,	Anual



Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
	Saturação de Bases, Densidade Real e Densidade Aparente, micronutrientes.	

Enviar, anualmente à Supram- ASF, relatório contendo os resultados das medições efetuadas; nestede verá conter a identificação, registro profissional e assinatura do responsável técnico pelas amostragens.

Observação: Caso as áreas a receberem o adubo orgânico não se alterem ao longo da vigência da licença, poderá apresentar a planta topográfica ou croqui apenas junto do primeiro relatório, devendo ter o cuidado de sempre utilizar a mesma nomenclatura para identificação das glebas em todos os relatórios a serem apresentados. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DNCOPAM nº 216/2017 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises, acompanhado da respectiva anotação de responsabilidade técnica – ART.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ASF, face ao desempenho apresentado.
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s); Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO III

Relatório Fotográfico da FRISAL COMÉRCIO DE CARNES LTDA



Foto 01 – Sala de abate



Foto 02 – Fossa séptica



Foto 03 – Composteira



Foto 04 – Hidrômetro



Foto 05 – Compressor



Foto 06 – Lagoa de decantação



Foto 07 – Horímetro do poço.



Foto 08 – Parte da Reserva Legal.